



SEMINÁRIO INTERNACIONAL



Cultura
Ciência
Democracia

Fundação Casa de Rui Barbosa

PROGRAMAÇÃO

SEMINÁRIO INTERNACIONAL



Fundação Casa de Rui Barbosa

PROGRAMAÇÃO

RIO DE JANEIRO

2017

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Cultura

Sérgio Sá Leitão

Fundação Casa de Rui Barbosa

Presidente

Marta de Senna

Diretor Executivo

Antonio Herculano Lopes

Diretora do Centro de Memória e Informação

Ana Lúcia Silva Medeiros

Diretora do Centro de Pesquisa

Joëlle Rouchou

Coordenador-Geral de Administração

Ronaldo Leite Pacheco Amaral

Chefe do Setor de Editoração

Benjamin Albagli Neto

Diagramação e capa

Celeste Ribeiro

Crédito da foto

Arquivo FCRB

S471 Seminário Internacional Cultura, Ciência e Democracia (1. : 2017 :
Rio de Janeiro, RJ).

Seminário Internacional Cultura, Ciência e Democracia [recurso
eletrônico] : programação / Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de
Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

Ebook em formato PDF.
ISBN 978-85-7004-364-1.

1. Cultura. 2. Ciência. 3. Democracia. I. Fundação Casa de Rui
Barbosa. II. Título.

CDD 306

Sumário

Apresentação 5

Dia 9 de agosto 9

Dia 10 de agosto 31

Dia 11 de agosto 52



Apresentação

Num momento internacional de grandes incertezas sobre os valores proclamados pelo Iluminismo, duramente defendidos e profundamente redefinidos ao longo dos últimos dois séculos, momento lido hoje como de choque entre civilizações, a Casa de Rui Barbosa propõe uma reflexão sobre as relações entre produção do conhecimento, contextos culturais e a democracia como valor.

Neste seminário internacional da Fundação Casa de Rui Barbosa, que se realiza nos dias 9, 10 e 11 de agosto de 2017, teremos convidados da Argentina, dos Estados Unidos, da França, da Itália e de diferentes estados do Brasil, além da prata da Casa: pesquisadores e tecnologistas da Casa Rui, apresentando seus trabalhos em torno de três grandes eixos temáticos.

No dia 9 de agosto, abrimos os trabalhos com uma palestra da professora Lucia Helena, da Universidade Federal Fluminense, com foco na obra do escritor sul-africano John Coetzee (Prêmio Nobel de Literatura em 2003), intitulada “Coetzee, a forma, o ficto, a versão, deslocamentos da subjetividade”. Tanto a palestra como as comunicações desse dia discutirão questões relacionadas ao tema “Cultura, deslocamentos, identidades”, a partir de pesquisas sobre sujeitos deslocados, migrações, autores em trânsito; diversidades

culturais e sociais; e ainda sobre elaboração de identidades a partir do discurso e da memória.

Ao fim do dia, ouviremos a conferência magna do professor Jacques Leenhardt, da École des Hautes Études en Sciences Sociales, cujo título, fascinante, é “O deslocamento como base do conhecimento democrático”.

No dia 10 de agosto, segundo dia do evento, o eixo temático é “Ideias em circulação”. A palestra de abertura será proferida pelo embaixador e escritor João Almino, da Academia Brasileira de Letras, e tem por título “*Utopia é ficção*”. Palestra e comunicações discutirão temas que partem de pesquisas sobre imprensa, mídias diversas; debates de ideias, troca de influências, intertextualidades, culturas em diálogo; circulação de conhecimento.

Encerrando as atividades do dia, haverá um recital de piano, com Maria Teresa Madeira, que nos brindará com composições de Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazaré e Carolina Cardoso de Meneses.

No dia 11 de agosto, último dia do seminário internacional, o grande tema é “Gestão e democracia”. A palestra de abertura será do professor Frederico Lustosa, da Universidade Federal Fluminense, e se intitula “Gestão pública e democracia na cultura”. Tanto a palestra quanto as comunicações desse dia

partem de pesquisas sobre políticas culturais, administração pública, preservação de patrimônio, gestão de bibliotecas e da informação.

A conferência de encerramento do seminário será proferida pelo professor Alberto Manguel, escritor e atual diretor da Biblioteca Nacional da Argentina, cujo título, também fascinante, é “La democracia como obra de ficción”.

Para além da qualidade intrínseca de cada uma das conferências, palestras e comunicações que constituem a programação do Seminário Internacional Cultura, Ciência e Democracia, a Casa de Rui Barbosa gostaria que ele fosse compreendido por todos como uma forma de *resistência*. Resistência contra o medíocre, contra o mesquinho, contra o “mais ou menos”. Resistência contra as ameaças à justiça e à liberdade de expressão. Resistência contra a opressão do superficial e do rápido; contra a ditadura do fácil e do mesmo; contra a asfixia da inteligência e do pensamento original.

Que o nosso seminário seja, efetivamente, seminal: que a reflexão de cada um dos participantes possa florescer e frutificar, em muitas e muitas outras, na nossa irredutível certeza da importância da cultura e da ciência para a oxigenação da democracia.

Marta de Senna
Presidente

Dia 9 de agosto

Eixo temático: Cultura, deslocamentos, identidades



9h30

Palestra de abertura

Lucia Helena (Universidade Federal Fluminense – UFF)

Coetzee, a forma, o ficto, a versão, deslocamentos da subjetividade

A palestra “Coetzee, a forma, o ficto, a versão, deslocamentos da subjetividade” trata da discussão dos assuntos anunciados em seu título, a serem examinados no livro *Verão* (2010), de John Maxwell Coetzee, com o objetivo de mostrar que uma literatura não subordinada às leis do mercado pode funcionar como caminho não só para a fruição, mas igualmente para que se valorize a liberdade.

Instigante, *Verão: cenas da vida na província* finge ser uma biografia sobre Coetzee, já morto, a ser escrita por Vincent, jovem estudioso inglês. O biógrafo tem qualificação discutível, pois ignora a obra do autor de quem pretende contar a vida. Recolhendo fragmentos de diários do autor quando jovem, e entrevistando cinco pessoas que teriam privado da intimidade com o falecido, nada comenta da obra literária que escreveu. Ironia e ceticismo permeiam o ato narrativo, bem como são revirados do avesso os pactos miméticos.

Para desvendar o “eu” de Coetzee, *Verão* revela-se um romance que interconecta ficção, memória e diário, e questiona não só o deslocamento das identidades, no mundo atual, mas também o papel da literatura, do intelectual e das

humanidades, na cultura do dinheiro que ameaça as democracias pelo ressurgimento dos fantasmas do nacionalismo ultraconservador.

LUCIA HELENA publica intensamente artigos em periódicos especializados em estudos literários. É professora visitante em universidades brasileiras e estrangeiras; professora titular aposentada da UFF; professora adjunta aposentada da UFRJ. Possui doutorado em Teoria da Literatura na UFRJ (1983) e pós-doutorado em Literatura Comparada na Brown University, nos Estados Unidos (1989). Publicou 15 livros, entre eles: *Totens e tabus da modernidade brasileira* (Prêmio APCA, 1985); *Nem musa, nem medusa: itinerários da escrita em Clarice Lispector* (1997, 2006, 2010); *A solidão tropical* (2006); *Ficções do desassossego* (2010); *Náufragos da esperança: a literatura na época da incerteza* (2010, 2016); *Uma literatura inquieta* (2016), este com Paulo César Oliveira.

10h

Mesa 1: O Brasil e os sujeitos deslocados

10h05

Chiara Vangelista (Università degli Studi di Genova)

Políticas tribais, políticas imperiais: deslocamentos indígenas no Centro-Oeste do Brasil, século XVIII

O século XVIII marca a ocupação do Centro-Oeste e o nascimento e a consolidação da administração colonial dessa área. Os numerosos povos indígenas da região, a qual na perspectiva étnica se estendia mais para o oeste e para o sul, nas áreas limítrofes dos domínios de Castela, deslocaram-se e foram deslocados, em movimentos resultantes do cruzamento das políticas tribais e daquelas da Coroa e, também, da ação informal da povoação neobrasileira.

A comunicação concentra-se na segunda metade do século XVIII, após a instituição das capitânicas de Mato Grosso e de Goiás e da caída do poder dos bandeirantes, e nas primeiras duas décadas do século XIX, apresentando de forma sintética alguns casos específicos especialmente significativos.

CHIARA VANGELISTA é professora de História da América Latina na Universidade de Gênova. Dedicar-se à história do Brasil na perspectiva etno-histórica e cultural,

com especial atenção às políticas dos grupos tribais, às formas da representação do Brasil e às migrações internacionais. Sobre a temática aqui apresentada, ver, da autora: *Confini e frontiere: alleanze e conflitti inter-etnici in America Meridionale*, sec. XVIII. Torino: Il Segnalibro, 2001; *Politica tribale: storia dei Bororo del Mato Grosso, Brasile*, v. 1: *L'invasione (sec. XVIII-XIX)*, e v. II: *Le alleanze (sec. XIX)*. Torino: Il Segnalibro, 2008; e os dois ensaios sobre os Bororo e os Payaguá publicados em *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*, organizado por Graciela Chamorro e Isabelle Combès (Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015).

10h25

Ivana Stolze Lima (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

Formas de registro e conhecimento de línguas africanas no Brasil

Os documentos *Alguns apontamentos da língua mina com as palavras portuguesas correspondentes*, de 1731, e *Obra nova da língua geral de mina*, de 1741, de autoria de Antônio da Costa Peixoto, constituem não apenas um registro de uma língua africana, que circulou nas minas e em outras regiões coloniais, mas um contexto de práticas dialógicas que interessa investigar. Peixoto (Felgueiras, Portugal, 1703 – Ouro Preto, 1763), homem leigo, foi escrivão e juiz da vintena, cargos

inferiores da administração colonial, tendo morrido pobre e solteiro. Sem formação intelectual específica (como aquela a que os missionários religiosos tinham acesso), formulou, à sua maneira, um vocabulário de termos e frases do grupo linguístico atualmente identificado como línguas Gbe. Mais do que uma língua de africanos escravizados no Brasil, foi uma das línguas principais de um dos grandes reinos escravistas da história do tráfico, o reino do Daomé. Além de conhecer a língua africana, cumpria inventar uma forma de vertê-la na escrita e forjar a correspondência, faceamento e confronto com a língua da ordem colonial, ou seja, a língua portuguesa, em processo de expansão e naturalização que ocorria *pari passu* com a consolidação da colonização. Buscar indícios sobre os (e as) possíveis informantes, e sobre as relações que manteve com os africanos escravizados falantes dessa língua mina, é assim uma tarefa que se impõe para entender as práticas dialógicas subjacentes nos documentos. O resultado traz as marcas da dura e, ao mesmo tempo, negociada experiência da escravidão: a casa, a cozinha, o quintal, a venda, a circulação do ouro, os locais de trabalho, um ou outro exemplo de lazer, aparecem em meio à fuga, tortura, repressão e morte.

IVANA STOLZE LIMA é pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa, bolsista do CNPq, e colaboradora da Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio. Fez pós-doutorado na Northwestern University (2010). Organizou, em parceria com Laura do Car-

mo, os livros *História social da língua nacional* (Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008) e *História social da língua nacional 2: diáspora africana* (2014). É também autora de *Cores, marcas e falas: sentidos de mestiçagem no Império do Brasil* (2003, Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa). Nos últimos anos, vem se dedicando à elaboração do livro *Língua nacional, voz escrava*, reunindo sua pesquisa sobre a história social da relação de africanos com a língua portuguesa e da circulação de línguas africanas no Brasil.

10h45

Christiane Laidler (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj)

“Reclamação”: liberdade religiosa, direitos e imigração em Rui Barbosa

Em 28 de junho de 1876, *O Globo* publicou uma reclamação de Rui Barbosa sobre a inexatidão de notícia veiculada a respeito de um brinde que o autor teria feito ao cônsul chileno. O texto do discurso proferido por Rui, publicado como resposta, era uma resistência ao ultramontanismo, ao “cativeiro das consciências”, e em defesa da soberania civil. Tratava-se não apenas de saudar o modelo liberal, como havia noticiado o jornal, mas de explicitar a realidade da ausência de liberdades de consciência e de culto no Brasil, da mordaza nas artes e na ciência, e da negação dos direitos. O monopólio católico representava, afinal, a negação do mais caro entre os “direitos

humanos”, o direito ao casamento, e, por conseguinte, à paternidade e à sucessão legítima, afastando a imigração, compreendida por Rui como necessidade moral e política.

Na década de 1870, antes da grande campanha abolicionista, a agenda liberal se impôs à geração de Rui Barbosa e a ele próprio como um imperativo. Não se tratou de pragmatismo econômico simplesmente. A modernidade se apresentava como necessidade de rupturas da ordem e de construção das liberdades civis e dos direitos civis e políticos.

CHRISTIANE LAIDLER é professora de História Contemporânea da Uerj. Mestre em História e doutora em Ciência Política. Entre as suas principais publicações, estão: *A Segunda Conferência da Paz de Haia – 1907: o Brasil e o sistema internacional no início do século XX* (Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010) e *O barão do Rio Branco: política externa e nação* (Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014).

11h05

Charles P. Gomes (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

O Brasil diante de uma suposta crise migratória internacional

Na maior parte do mundo, Estados podem exercer seu ato soberano de controlar o fluxo de estrangeiros em seu

território de maneira absoluta. Mas em democracias liberais, esse controle tem que ser temperado com as normas de direitos humanos e as leis de refúgio. Esta comunicação afirma que uma crise migratória existe quando países, em face de um grande fluxo de uma migração internacional mista, não conseguem balancear de maneira ponderada sua vontade soberana de pleno controle de fronteiras com o respeito aos direitos humanos e sua obrigação de proteção aos refugiados. Diante dessa crescente realidade migratória internacional, o Brasil não é uma exceção, e teve seu número de solicitantes de refúgio e migrantes internacionais crescendo em mais de 2.000% nos últimos três anos. Considerando essa balança delicada entre soberania e direitos humanos/leis de refúgio, esta comunicação analisa o crescimento desafiador da migração internacional no país. O objetivo é analisar as ações das duas agências federais encarregadas desse fluxo no poder executivo, Conare (Conselho Nacional de Refugiados) e CNIg (Conselho Nacional de Imigração), e o papel do Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) em ajudar nesse desafio e garantir que o país respeite seu compromisso internacional quanto aos refugiados.

CHARLES P. GOMES é pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa. Doutor em Ciência Política pelo antigo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro), atual Iesp. Durante o doutorado, foi pesquisador visitante no Instituto Universitário Europeu,

em Florença, Itália, e no Institut d'Études Politiques de Paris, França. Foi professor visitante na Université Paris I nos anos de 2006 e 2007. Seus estudos enfocam cortes constitucionais e supranacionais, direito internacional, políticas de imigração e refúgio, com maior ênfase, atualmente, nas políticas de reassentamento.

14h

Mesa 2: Identidades em questão

14h05

André Botelho (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Mário de Andrade e o modernismo como movimento cultural

O trabalho discute as possibilidades e os limites da ideia do movimento modernista brasileiro a partir da perspectiva de Mário de Andrade, um dos seus principais líderes nacionais, como um movimento cultural. Para qualificar essa ideia, são dois os eixos a serem percorridos. No primeiro, há o reconhecimento de que movimentos culturais envolvem não apenas a organização de propostas específicas artísticas e/ou intelectuais, mas também uma noção mais ampla e dinâmica de cultura, enquanto elemento de mudança social. No segundo, há o reconhecimento de que apesar do aprendizado social que um movimento cultural implica, ele nem sempre resulta na mudan-

ça que objetiva produzir na sociedade. Embora esses dois eixos tenham também a ver com momentos diferentes da obra/trajetória de Mário de Andrade, em geral, descritos inclusive como polos estanques – o polo propositivo/de ação política/otimista e o reativo/do exílio/e desencantamento do mundo, respectivamente –, uma compreensão renovada dela exige considerá-los de outro modo, de um modo radicalmente relacional. Em suma, a aposta é que a ideia de movimento cultural pode ser boa, não apenas para pensar uma agenda de mudança cultural na sociedade proposta por Mário, mas também para repensar a sua própria obra (em movimento) e percepção aguda das mudanças e continuidades da sociedade brasileira.

ANDRÉ BOTELHO é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ. Pesquisador do CNPq e “Cientista do Nosso Estado” da Faperj. Editor do periódico *Sociologia & Antropologia*. Publicou, entre outros, *De olho em Mário de Andrade: uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil*.

14h25

Marcos Veneu (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

A tradição e seus pares: figuras de continuidade num tempo de diferenças

O historiador francês Philippe Ariès (1914-1984) notabilizou-se por seus trabalhos pioneiros sobre as transformações

do sentimento da infância e sobre as atitudes diante da morte nas sociedades ocidentais. Esta comunicação procura discutir sua relação com o tempo histórico, apreendida tanto no nível explícito da sua reflexão sobre a escrita da história como no nível implícito da construção de suas interpretações e análises sobre os fenômenos históricos. Em particular, interessa-nos examinar de que modo, sob a ênfase predominante daquele autor num tempo que produz diferenças profundas nas condições de existência humana, algumas categorias de análise preservam a possibilidade de pensar a continuidade, mesmo que de forma subordinada ou marginal: a tradição, as sobrevivências, o inconsciente, a “solidariedade das épocas”.

MARCOS VENEU é pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa e professor do Departamento de História da PUC-Rio. Autor de *Ou não ser: uma introdução à história do suicídio no Ocidente* (Brasília: Ed. da UnB, 1994).

14h45

Pedro Meira Monteiro (Princeton University)

Um mestre na periferia da ordem: Machado de Assis e a solércia da lei

O compromisso com a ordem é tema espinhoso em qualquer tempo e lugar, mas muito especialmente num país que construiu imagens de si capazes de expor, em chave ora positiva, ora negativa, uma sociabilidade feita de negaceio e sub-

terfúgios diante da lei. Mas se a lei é um eixo elusivo, e a vida coletiva se desenrola numa soltura estonteante, o que se deve esperar dos cidadãos? A intenção desta comunicação é refletir sobre como, em sua ficção, Machado de Assis explorou a distância que separa a ordem idealizada da vida real. Minha hipótese é que, ao fazê-lo, Machado ofereceu o mais acabado retrato da arbitrariedade da lei, deixando-nos diante de uma aporia: num mundo em que aqueles que dizem portar a razão são especiosos e solertes, a cidadania pode resumir-se à sobrevivência precária diante da lei, raramente tendo-a como salvaguarda, frequentemente mantendo-a à prudente distância.

PEDRO MEIRA MONTEIRO é professor de Literatura Brasileira na Princeton University, onde dirige o Departamento de Espanhol e Português. É autor, entre outros livros, de *Um moralista nos trópicos: o visconde de Cairu e o duque de La Rochefoucauld* (São Paulo: Boitempo, 2004), *Signo e desterro: Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil* (São Paulo: Hucitec: e-galáxia, 2015), *Futuro abolido: Machado de Assis e o Memorial de Aires (tempo, história e literatura)* (São Paulo: Hucitec: e-galáxia, no prelo); e organizador de livros como *Sérgio Buarque de Holanda e Mário de Andrade: correspondência* (São Paulo: Edusp: Companhia das Letras, 2012), *A primeira aula: trânsitos da literatura brasileira no estrangeiro* (São Paulo: Itaú Cultural, 2014) e co-organizador da edição crítica de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (São Paulo: Companhia das Letras, 2016).

16h30

Mesa 3: Deslocamentos e identidades nos acervos

16h35

Aquiles Brayner (British Library)

Novos modelos de criação e disseminação de conteúdos eletrônicos no acervo BNDigital

Esta comunicação trata das metodologias emergentes na área de curadoria digital aplicadas a acervos digitalizados do século XIX, tendo como foco os processos de criação, disseminação, acesso e reuso desses conteúdos. A atuação prática em curadoria digital será exemplificada pelo projeto de criação do acervo iconográfico digital afro-brasileiro da Biblioteca Nacional (BN), seguindo então as diretrizes de publicação e reuso de imagens de instituições de memória cultural em plataformas abertas, tais como Flickr e Wikimedia Commons, com o objetivo de disseminar coleções digitalizadas e fomentar a participação pública na descrição, interação e reapropriação dos conteúdos eletrônicos disponibilizados pelas instituições de memória cultural, possibilitando, dessa forma, novas leituras desses conteúdos por diversas linhas de pesquisadores e diferentes grupos de usuários. Além de descrever os processos e metodologias na área de humanidades digitais, tais como extração e publicação automatizadas de imagens de periódicos digitalizados, a comunicação descreve também a importância

de atividades de *crowdsourcing* na formação de novos acervos, taxonomias e propostas de pesquisas em acervos digitais.

AQUILES ALENCAR BRAYNER é graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (Brasil) e em Estudos Latino-Americanos pela Rijks Universiteit Leiden (Holanda). É mestre em Literatura Latino-Americana pela Rijks Universiteit, mestre em Ciências da Informação pela Universidade da Cidade de Londres e doutor em Literatura Brasileira pelo King's College, da Universidade de Londres. Trabalha desde 2006 na British Library (BL) como curador digital, onde tem participado de vários programas e atividades relacionadas a serviços e coleções digitais na BL, incluindo projetos de digitalização, criação e controle de metadados, formação de bibliotecários e pesquisadores na utilização de conteúdos digitais, e concepção e desenvolvimento de plataformas interoperáveis para disseminação e agregação de acervos eletrônicos entre bibliotecas no Reino Unido e no exterior. Atualmente faz parte do programa Pesquisador em Residência da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil.

16h55

Regina Abreu (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)

Entre o ser e o estar: patrimonializando o imaterial e reclassificando as identidades

Em pesquisas recentes em torno de políticas de patrimonialização do imaterial, notamos um jogo de percepções sensíveis no qual, em torno de estratégias de classificação patrimonial, emergem formas de reclassificação identitária. Analisando práticas performativas que envolvem a música e a dança em países falantes do português, verificamos que cada vez mais a condição do “ser” parece ser superada pela situação do “estar”, num processo que celebra o presente e reivindica novos lugares de pertencimento e de inserção social.

REGINA ABREU é doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional) e bolsista de produtividade do CNPq. Fez pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Atuou como pesquisadora visitante no Instituto de Etnomusicologia da Universidade de Aveiro e no Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les Enjeux Sociaux (Iris). É professora associada 3 da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), onde integra o Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Autora, com M. S. Chagas, de *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos* (2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009).

17h15

Ana Maria de Almeida Camargo (Universidade de São Paulo – USP)

Políticas de constituição de acervos: os arquivos pessoais no espaço público

O exame das soluções institucionais para a aquisição de documentos originários de arquivos pessoais revela não apenas diferentes concepções acerca do que é relevante preservar, isto é, do tipo de material que seria considerado, em princípio, de interesse público, como as modalidades de tratamento a que vêm sendo submetidos, das quais resultam diferentes instrumentos de acesso. Ignorados durante muito tempo, os arquivos pessoais foram pouco a pouco ocupando lugar de destaque nas instituições que tradicionalmente detêm sua custódia, como as bibliotecas, os arquivos e os centros de documentação ou memória. No início desse processo, tais arquivos assumiram papel complementar em relação aos acervos próprios de cada organismo: os originais das obras dos autores cujos produtos impressos figuram nas prateleiras das bibliotecas, por exemplo, ou os documentos particulares de pessoas que, tendo cumprido mandatos governamentais, encontram correlatos naqueles rotineiramente acumulados pelas entidades onde exerceram cargos públicos. Hoje, no entanto, os arquivos pessoais e, conseqüentemente, as instituições a eles devotadas, respondem a uma demanda de pesquisa crescente que lhes confere, entre outros atributos, o de fonte privilegiada para o conhecimento de determinadas realidades. Nesta comunicação, pretendemos caracterizar o fenômeno e levantar hipóteses que nos permitam compreendê-lo.

ANA MARIA DE ALMEIDA CAMARGO é professora sênior do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

18h30

Conferência magna

Jacques Leenhardt (École des Hautes Études en Sciences Sociales)

O deslocamento como base do conhecimento democrático

JACQUES LEENHARDT é diretor de Estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, França), onde, além das atividades docentes, dirige o grupo de pesquisa “Funções imaginárias e sociais das artes e das literaturas” (Éfisal, sigla em francês). É curador e crítico de arte, presidente de honra da Associação Internacional de Críticos de Arte (Aica), presidente da Associação dos Amigos de Wilfredo Lam, presidente do Conselho Científico dos Arquivos de Crítica de Arte e membro do Conselho Curador da Fundação Iberê Camargo (Porto Alegre). Integra o conselho editorial de diversas revistas científicas nas áreas de literatura e de artes nas Américas e na Europa, além do *Jornal de Psicanálise*, de São Paulo. Entre suas condecorações, é Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras e da Ordem Nacional do Mérito,

ambas na França, e da Ordem do Cruzeiro do Sul, no Brasil. Entre suas principais obras, há várias dedicadas ao Brasil, como autor, coautor ou organizador, entre as quais: *Nos jardins de Burle Marx* (São Paulo: Perspectiva, 2000); *Érico Veríssimo: o romance da história* (com Sandra Pesavento, Lígia Chiappini e Flávio Aguiar; São Paulo: Nova Alexandria, 2001); *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre a história e a ficção* (com Antônio Dimas e Sandra Pesavento; Porto Alegre: Ed. UFRGS; São Paulo: Edusp, 2006); e *A construção francesa do Brasil* (São Paulo: Aderaldo & Rotschild, 2008). Mais recentemente, foi o responsável pela reedição da obra de J. B. Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, tanto aqui (São Paulo: Imprensa Oficial, 2016) quanto na França (Paris: Imprimerie Nationale: Actes-Sud, 2014), sendo esta última a primeira a ser feita em solo francês depois da edição original promovida pelo próprio Debret entre 1834 e 1839. A edição brasileira foi acompanhada de uma exposição no Museu da Chácara do Céu em 1996. No presente momento, Leenhardt pode ser visto dando um longo depoimento num vídeo que integra a exposição da obra fotográfica de Marcel Gautherot no Paço Imperial.

Dia 10 de agosto

Eixo temático: **Ideias em circulação**



9h40

Palestra de abertura

João Almino (Academia Brasileira de Letras)

Utopia é ficção

A leitura de *Utopia*, de Thomas More, como peça literária permite concluir que, por meio da dialética dos diálogos e do confronto entre vários personagens, esse livro, em vez de elaborar uma demonstração linear, não sugere receitas prontas para serem aplicadas. Deixa espaço para o dissenso. Ser ficção é uma vantagem.

JOÃO ALMINO é escritor e diplomata, conhecido sobretudo por seis romances, entre os quais *Cidade livre* e *Enigmas da primavera*. À exceção de um, todos receberam prêmios ou foram finalistas de prêmios literários. Parte de sua obra está traduzida para o inglês, o francês, o espanhol, o italiano e outras línguas. Mais informações em: www.joaoalmino.com.

10h10

Mesa 4: Entre os dois lados do Atlântico

10h15

Christian Lynch (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

Um conservadorismo caleidoscópico: a recepção da obra de Edmund Burke no Brasil (1812–1916)

A presente comunicação objetiva estudar a recepção das ideias de Edmund Burke no pensamento político brasileiro de matriz oitocentista. As evidências aqui apresentadas pretendem revelar a forma inteligente e variada pela qual seus argumentos foram considerados por seus leitores brasileiros, no período aqui considerado, levando-se em conta suas diferenças de agenda política e as diferenças entre as sociedades do Brasil e da Grã-Bretanha. Percebe-se a densidade semântica do conceito de conservadorismo: não existiu apenas um, mas diversos conservadorismos, muitas vezes conflitantes entre si: reformismo ilustrado, conservadorismo estatista, conservadorismo culturalista, liberalismo conservador. Ao final, a comunicação tece considerações sobre a natureza problemática da ideologia conservadora em um país visto como periférico, atrasado e carente de modernização. Por essa razão, o conservadorismo hegemônico tenderia a assumir contornos típicos de ideologias modernizadoras ordeiras, que combinam constitucionalismo e autoritarismo.

CHRISTIAN EDWARD CYRIL LYNCH é pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa. É professor do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj) e também da Universidade Veiga de Almeida (UVA). Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (antigo Iuperj, atual Iesp-Uerj) em 2007. É pesquisador “Jovem Cientista do Estado” da Faperj e pesquisador de produtividade do CNPq. É autor de *Da Monarquia à Oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)* (São Paulo: Alameda, 2014; prefácio de Pierre Rosanvallon) e *Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do marquês de Caravelas* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014; prefácio de Antônio Manuel Hespanha).

10h35

Ana Pessoa (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

De chácaras e palacetes: tradição e inovação nas formas de morar no Rio de Janeiro oitocentista

O estudo sobre a construção e configuração atual da Casa de Rui Barbosa, tombado pelo Sphan como exemplar de “arquitetura neoclássica”, motivou três vertentes de pesquisa. O estudo biográfico dos comerciantes portugueses responsáveis por sua conformação arquitetônica e decorativa; a orga-

nização de um “*corpus*” de casas de elite carioca oitocentista, por associação ao projeto “A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro”; e, finalmente, o estudo sobre os padrões estéticos propostos por Grandjean de Montigny e seus alunos, e aqueles adotados na arquitetura corrente da cidade.

Nesta comunicação, apresentamos o quadro atual das casas brasileiras que integram o projeto “A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores”, iniciado em 2012, promovido por pesquisadores portugueses e brasileiros, voltado para o estudo da casa de morada da nobreza e da alta burguesia durante os séculos XVII, XVIII e XIX, abordando múltiplos aspectos dos interiores, inicialmente em duas regiões do mundo cultural e artístico luso-brasileiro. Segundo metodologia própria, o projeto apresenta hoje 25 residências portuguesas e 16 brasileiras, com informações sobre seus exteriores e interiores, com divisão por categorias (azulejaria, estuques, pintura decorativa etc.), e introduz a região de Goa, Índia, como nova área de abrangência. O projeto resultou em uma plataforma digital comum, voltada para o registro, o estudo e a divulgação do patrimônio luso-brasileiro na perspectiva de uma ação de alcance pedagógico e informacional.

ANA MARIA PESSOA DOS SANTOS [Ana Pessoa]. Graduada pela FAU/UFRJ, doutora pela ECO/UFRJ. Iniciou sua trajetória profissional na Cinemateca do MAM, em 1976; em seguida, ocupou cargos gerenciais na

Embrafilme, Fundação do Cinema Brasileiro, Instituto Brasileiro de Arte e Cultura e Funarte, onde coordenou inúmeros projetos científicos e culturais nas áreas de cinema e artes cênicas. A partir de 1996, integra o quadro de pesquisadores da Casa de Rui Barbosa, onde assumiu a diretoria do Centro de Memória e Informação, no período de 2003 a 2015. Tem trabalhos, artigos e livros publicados. Foi líder, de 2008 a 2016, do grupo de pesquisa “Museu casa: memória, espaço e representações”; a partir de 2014, do grupo “Casas senhoriais e seus interiores: estudos luso-brasileiros em arte, memória e patrimônio”, com a professora Ana Lúcia V. Santos; e, a partir de 2016, do grupo “O gosto neoclássico”, com a professora Margareth S. Pereira.

10h55

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

Hipólito da Costa: as aparentes contradições de um jornalista brasileiro na alvorada do século XIX

Por meio de sua atuação como jornalista, Hipólito da Costa (1774-1823) trabalhou para fazer do Brasil um país integrado, regido por um sistema liberal e centro do império luso-americano. Hipólito formou sua mentalidade entre Portugal, em que o reformismo ilustrado convivia ainda com a inquisição; os Estados Unidos, que conheceu entre 1798 e 1801; e a Ingla-

terra, onde viveu entre 1805 e 1823. Apesar de ter seu jornal subsidiado por d. João VI, atacou as políticas de seus ministros e apoiou Francisco Miranda e os libertadores da América espanhola. As aparentes contradições entre suas práticas e seu discurso são o tema desta comunicação.

ISABEL LUSTOSA é pesquisadora titular da Fundação Casa de Rui Barbosa, doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (antigo Iuperj, atual Iesp-Uerj) desde 1997; membro do Pen Club do Brasil e sócia honorária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ocupou a Cátedra Simon Bolívar (Iheal) da Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, na França (2010-2011), e foi titular da Cátedra Sergio Buarque de Holanda/Maison des Sciences de L’Homme/Paris para o período 2012-2015, atuando como professora visitante da Universidade de Rennes 2. É autora, entre outros, de *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000); *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter* (São Paulo: Companhia das Letras, 2009); *Lampião: esperteza e violência* (São Paulo: Claro Enigma, 2011). Organizou *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011); *Imprensa, história e literatura* (Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008); e *Agostini: obra, paixão e arte do italiano que*

desenhou o Brasil (Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014).

11h15

Teresa Cerdeira (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Levantado do chão e Terra: a revolução no Alentejo e o Movimento dos Sem Terra no Brasil

A questão agrária tem suas idiossincrasias, e não se pode certamente tornar idênticos movimentos sociais acontecidos no espaço brasileiro e português. Se a migração para as cidades marcou a vida do sertanejo brasileiro, especialmente o das zonas assoladas pela seca (de que nos restaram emblemas artísticos como *Vidas Secas* – o romance de Graciliano Ramos e o filme de Nelson Pereira dos Santos – ou *Morte e vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto), em Portugal, na contramão dessa escassez, o Alentejo era um celeiro de cuja riqueza, contudo, usufruíam apenas os latifundiários que exploravam o trabalho dos camponeses alugados. Aqui e lá, entre tantas diversidades, um ponto comum: a exploração do trabalho alheio. A opção que persigo, contudo, não é a da diacronia, mas a de um recorte sincrônico bem marcado: os anos 1970 em Portugal e os anos 1990 no Brasil. Em outras palavras, a revolução agrária de 1975 em Portugal e o fortalecimento do Movimento dos Sem Terra no Brasil. Desse recorte temporal, faz-se um recorte artístico: o romance *Levantado do chão* (José Saramago) e o volu-

me *Terra*, de tríplice autoria (Sebastião Salgado/Chico Buarque /José Saramago).

TERESA CRISTINA CERDEIRA é professora de Literatura Portuguesa da UFRJ desde 1977 e pesquisadora do CNPq desde 1989. Foi regente da Cátedra Jorge de Sena para Estudos Literários Luso-afro-brasileiros da UFRJ de 2005 a 2011. É autora de alguns livros: *José Saramago: entre a história e a ficção, uma saga de portugueses* (Lisboa: Dom Quixote, 1989); *O avesso do bordado* (Lisboa: Caminho, 2000); *A tela da dama* (Lisboa: Presença, 2012); *A mão que escreve* (Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Leya, 2013).

14h

Mesa 5: Linguagem e circulação

14h05

Lucia Velloso (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

Arquivos pessoais e os seus tipos documentais

O arquivo pessoal pode ser considerado um grande desafio para a arquivologia devido às suas especificidades, e dentre elas, destacamos os seus tipos documentais. As discussões teóricas e metodológicas que serão objeto de nossa palestra

se referem a uma possibilidade de representação no campo da arquivologia, a do tipo documental. Em nossa abordagem, o tipo documental é reconhecido como produto social e como representação das ações do produtor e de suas inter-relações sociais. A análise tipológica, portanto, baseia-se no contexto arquivístico em uma perspectiva mais ampla, que ultrapassa o contexto de produção do arquivo. As análises estão fundamentadas em projeto de pesquisa desenvolvido na Fundação Casa de Rui Barbosa sobre tipologia documental em arquivos pessoais. Consideramos também os tipos documentais como mecanismos essenciais para produção de conhecimento sobre o arquivo e para o acesso, na medida em que assegura ao usuário uma forma mais específica de realizar sua pesquisa.

LUCIA VELLOSO é chefe do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, desde 2002. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2011). Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1992). Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense (2006). Presidiu a Associação dos Arquivistas Brasileiros por cerca de 10 anos. Foi professora contratada da Universidade Federal Fluminense no período de 2007 a 2008. Foi membro do Comitê Gestor da Seção

de Arquivos Universitários e de Instituições de Pesquisa do Conselho Internacional de Arquivos, de 2007 até 2016. É professora permanente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e professora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, que coordena desde 21 de julho de 2015.

14h25

Soraia Farias Reolon (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

Referenciação: estratégias discursivo-referenciais e questões culturais

Minha comunicação sobre referenciação parte da relação entre a linguagem e o conhecimento humano sobre o mundo.

O homem, como ser cultural, significa e ressignifica o mundo a todo instante, e para isso utiliza a linguagem. Uma língua é um meio de representação do mundo transformado em significação (Realidade → Expressão). Contudo, às vezes não existe uma determinada realidade no “mundo concreto”, mas existe um enunciado representando-a. Então, a língua é um meio de geração de conteúdos, e a relação é: Expressão → Realidade. Assim, podemos dizer que um enunciado dá origem a uma realidade.

A relação do homem é com o mundo de signos. O assunto de nossos textos não é a realidade ou “a verdade”, e sim o nosso processamento sobre a realidade. A verdade e o conhecimento são produções discursivas.

Não há uma Verdade, há discursos. É importante ter essa consciência e perceber que mundo está sendo apresentado em cada texto. Assim, proponho, a partir de um texto, fazer o acompanhamento de seus sintagmas nominais, tópicos discursivos e cadeias referenciais, como forma de ver como os sentidos vão sendo construídos.

SORAIA FARIAS REOLON é pesquisadora adjunta da Fundação Casa de Rui Barbosa. Doutora em Língua Portuguesa (Uerj, 2013). Docente do mestrado em Memória e Acervos da FCRB. Membro da Comissão Nacional do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2017). Preparadora de tomos das Obras Completas de Rui Barbosa. Trabalho mais recente (com Marta de Senna): edição do tomo 2, volume 28, 1901, *Trabalhos jurídicos* (2017). Organizadora de livros, entre eles: *Campanha Civilista: correspondência e estudos* (com Rejane Magalhães; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012) e *Dalcídio Jurandir, romanista da Amazônia: literatura & memória* (com Benedito Nunes e Ruy Pereira; Belém: Secult; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006). Preparadora

do texto (com Marta de Senna) do romance *Belém do Grão-Pará* (Belém: Edufpa; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006).

14h45

Lúcia Granja (Universidade Estadual Paulista – Unesp)

Limites da atualidade nas crônicas de Machado de Assis

Se a estranha atualidade das ideias de Machado de Assis não fosse sempre tão surpreendente, poderia parecer simples repetição que este texto insista em discuti-las. Algumas delas, decorrentes das análises a respeito de política e sociedade, trasbordam de suas crônicas, nas quais o cronista capta imagens, hábitos, práticas, e os descortina, de modo a expor a sua natureza, os valores que os definem, as deformações que neles se naturalizam, entre outros. Mais do que comentar o cotidiano, no guarda-chuva escasso da legalidade, na associação da figura dos homens à das personagens, no culto das aparências, entre outros, as crônicas revelam uma lucidez que vai criando parâmetros para uma interpretação do Brasil.

LÚCIA GRANJA é doutora em Letras pela Unicamp e livre-docente em Literatura Brasileira pela Unesp. É professora de Literatura Brasileira na Unesp, atuando na graduação e pós-graduação. Suas pesquisas debruçam-se sobre a obra de Machado de Assis, a história

da livraria e editora Garnier (Brasil e França) e a relação entre literatura e jornalismo no Brasil do século XIX. Publicou artigos, capítulos de livro e edições das crônicas de Machado de Assis, bem como os livros: *Literaturas e escritas da imprensa* (2015); *Machado de Assis: ensaios da crítica contemporânea* (2008, em parceria com Marcia Lígia Guidin e Francine Ricieri); *Machado de Assis, escritor em formação* (2000).

16h30

Mesa 6: Acervos e circulação

16h35

Aparecida Rangel (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

Casa, museu e personagem: a formação do Museu Casa de Rui Barbosa

A criação de um museu envolve elementos de diferentes categorias, que vão do político ao simbólico, sendo ainda relevante a reflexão sobre as implicações que perpassam esse processo. Podemos assim pensar em negociações que ocorrem no campo da memória, sobretudo quando nos referimos a espaços biográficos, como nosso objeto de estudo: o Museu Casa de Rui Barbosa. Duas questões embasam a discussão empreendida: qual o significado da construção de um museu, ou seja, uma instituição pública voltada para a repre-

sentação da vida íntima de um personagem? Por que a opção pela criação de um museu casa, e não apenas de um memorial desconectado do espaço particular desse personagem? Nesse contexto, dois objetos distintos e, ao mesmo tempo, confluente se destacam: casa e personagem, ambos articulados na mediação propiciada pelo museu, espaço privilegiado de (re)significação, lembrança, esquecimento, poder e memória. A compreensão do processo de formação de uma instituição cujo viés conceitual é a musealização da vida de um homem público pressupõe a análise das categorias sociais *casa, museu e personagem*, que permeiam essa trajetória. Nesse processo de construção, identificamos, também, algumas camadas de interesses envolvidos, incluindo o movimento de despolitização pela privatização da esfera pública como uma das estratégias da memória política.

APARECIDA M. S. RANGEL é museóloga/tecnologista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Doutora em Ciências Sociais (2015) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Memória Social e Documento (2001) e bacharel em Museologia (1995), ambos os títulos obtidos na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Docente no Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, da Fundação Casa de Rui Barbosa. Integra os grupos de pesquisa “Arte, cultura e poder”, na Uerj, coordenado pela professora douto-

ra Myrian Sepúlveda dos Santos; e “Museu casa: memória, espaço e representações”, na FCRB.

16h55

Thaís Scoralich de Carvalho (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

Preservação do patrimônio histórico urbano e sustentabilidade

No decorrer do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, sua região central e, em especial, sua região portuária, foi alvo de diversas intervenções que modificaram significativamente sua paisagem urbana. Nessa região, caracterizada por seu patrimônio histórico urbano e, mais recentemente, pelo fato de a cidade do Rio de Janeiro ter sido inscrita na Lista do Patrimônio Mundial pela Unesco como paisagem cultural urbana, nota-se uma crescente preocupação com a gestão dos tecidos urbanos históricos. A reabilitação urbana em andamento na região portuária da cidade do Rio de Janeiro, intitulada Porto Maravilha, é alvo desta comunicação, cujo objeto de análise é a preservação do patrimônio histórico local sob o ponto de vista da abordagem da paisagem urbana histórica. Essa abordagem traz algumas premissas de gestão do patrimônio e serve como parâmetro de análise da intervenção, levando-se também em consideração os aspectos de sustentabilidade urbana aliados à preservação do patrimônio urbano. Assim, a comunicação apresenta uma avaliação da reabilitação urbana na região portuária do Rio de Janeiro sob os as-

pectos de preservação de sua paisagem urbana e de sustentabilidade, que podem ser agregados a esse tecido histórico tão importante para a cidade.

THAÍS SCORALICH DE CARVALHO é analista em Ciência & Tecnologia (Engenharia Civil), na Fundação Casa de Rui Barbosa. Possui graduação em Engenharia Civil, com ênfase em construção civil, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Engenharia Urbana pela UFRJ. Desenvolve pesquisa em “Planejamento e gestão territorial”, cujo foco de interesse é a reabilitação urbana em núcleos urbanos históricos, pautada na sustentabilidade dessas intervenções, incluindo os aspectos de sustentabilidade das intervenções prediais, como a reabilitação de edifícios históricos. Possui experiência em gestão, planejamento e acompanhamento de empreendimentos que buscam certificações ambientais por meio de órgãos internacionais. Profissional LEED Green Associate.

17h15

Lena Vania Ribeiro Pinheiro (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict)

Repensando as “duas culturas” na ciência do mundo contemporâneo

Esta comunicação analisa o conteúdo e os impactos do discurso e do livro de Charles Snow, no qual designou por “duas culturas” a incompreensão e a distância epistemológica entre os saberes das ciências e das humanidades, e as polêmicas causadas à época, no fim da década de 1950. Na ciência contemporânea, a interdisciplinaridade e as pesquisas colaborativas, interinstitucionais, nacionais e internacionais, como perspectiva de aproximação e diálogo entre os dois grandes campos do conhecimento ou múltiplas culturas, e, mais recentemente, vislumbres da ciência aberta.

LENA VANIA RIBEIRO PINHEIRO é doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997). Mestre em Ciência da Informação pela mesma Universidade, em convênio com o Ibict (1982). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ibict-UFRJ), participa dos grupos de pesquisa “Comunicação e divulgação científicas” (líder) e “Teoria, epistemologia e interdisciplinaridade da ciência da informação” (líder). Foi uma das fundadoras e professoras do Mestrado em Memória Social e Documento (1988/1993) da Unirio, e

atualmente é professora colaboradora do primeiro programa em Museologia e Patrimônio (Unirio-Mast) do Brasil. Publicou livros e capítulos de livros, e muitos artigos de periódicos e comunicações em congressos, no Brasil e no exterior, e tem orientado inúmeros mestres e doutores. Foi coordenadora do portal de divulgação científica do Ibict, Canal Ciência, de 2006 a 2013; e representante em Ciência da Informação do Comitê de Assessoramento do CNPq, de 2003-2005 e de 2011 a 2014.

Dia 11 de agosto

Eixo temático: **Gestão e democracia**



9h40

Palestra de abertura

Frederico Lustosa da Costa (Universidade Federal Fluminense – UFF)

Gestão pública e democracia (na cultura)

Desde o último quartel do século XX, a emergência de novos atores sociais, a maior complexidade das políticas públicas e as necessidades de controle têm suscitado o surgimento de um número crescente de problemas de legitimidade, governança e gestão, que se apresentam de forma inter-relacionada. As demandas de participação e controle social, o caráter intersetorial dos problemas, a formação de redes interinstitucionais e o aumento do processualismo (imposto pelos controles burocráticos) trazem enormes desafios para os gestores públicos. Por outro lado, se há necessidade de aprimorar os processos de gestão pública, é preciso reconhecer que a maioria dos problemas governamentais não são apenas questões de natureza gerencial. São problemas políticos que dizem respeito a conflitos distributivos. E só podem ser resolvidos politicamente. Assim, o grande desafio da governança consiste em saber como promover a eficiência, a eficácia, a efetividade e a qualidade de serviços públicos, sem abrir mão da participação e da democracia. Ou dito de outro modo, como promover a participação e o controle social sem abrir mão da autonomia dos gestores e da eficiência da ação administrativa. Todos esses problemas e desafios estão presentes nas instituições que se ocupam da política e da gestão cultural.

FREDERICO LUSTOSA DA COSTA é doutor em Gestão, mestre em Ciência Política e Administração Pública, e bacharel em Economia. Foi técnico em Planejamento do Governo do Estado do Ceará, assessor do ministro da Previdência e Assistência Social e professor titular da Ebape-FGV. Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro da Academia Brasileira de Ciência Administrativa (ABCA). É autor de *Reforma do Estado e contexto brasileiro* e *Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública*; e organizador de *Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França*.

10h10

Mesa 7: O Estado: organização e políticas

10h15

Lia Calabre (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

Cultura e territorialidades: políticas culturais, territórios e identidades

Em um país com dimensões territoriais como as do Brasil, falar de políticas públicas de cultura é falar de múltiplos territórios, de diversidade cultural, de identidades e de desigualdades. A construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC)

brasileiro tem início em meados dos anos 2000 e foi fomentada pelo governo federal, mais especificamente pelo Ministério da Cultura. A presente comunicação pretende, a partir dos elementos que compõem o SNC, discutir a construção de possíveis processos de gestão pública da cultura, baseados em modelos democráticos e participativos. Parte da discussão gira em torno da problemática da territorialização das políticas, dialogando com uma historiografia internacional sobre o tema.

LIA CALABRE é pesquisadora titular da Fundação Casa de Rui Barbosa, chefe do Setor de Políticas Culturais (2003-2014). Graduada em História pela Universidade Santa Úrsula (1988), mestre e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (1999 e 2002, respectivamente). Professora do Mestrado Profissional Memória e Acervos da FCRB (PPGMA). Professora em MBAs de Gestão Cultural e Produção Cultural. Organizadora do Seminário Internacional de Políticas Culturais (desde 2010). Autora de livros, artigos e materiais didáticos, nacionais e internacionais. Tem experiência na área de políticas culturais, história cultural e política, com ênfase em políticas públicas de cultura, principalmente sobre: políticas públicas de cultura, política cultural, gestão cultural e história do rádio no Brasil.

10h05

Ana Malin (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict)
Informação e governança pública: desafios e tensões atuais

A questão da governança pública, surgida no pós-Segunda Guerra, ganha grande destaque nas primeiras duas décadas do século XXI. Ainda que passível de diversos entendimentos, definições e métricas, sua atual relevância parece indicar a necessidade de dar conta de novas formas de coordenação da sociedade e da *res publica*. Expressa um estilo de governar diferente do modelo de controle burocrático hierárquico e do monopólio estatal nas funções públicas. Implica em pluralismo institucional, isto é, quando atores da sociedade civil, Estado e governo organizam e gerem a vida pública. Nesse contexto, os requisitos por transparência, vigilância e prestação de contas tornam-se indispensáveis. O modelo da governança pública pressupõe gestão e ambiente de informação capazes de suportar as relações e articulações entre os vários atores envolvidos, não mais restritos ao interior do aparelho estatal. As consequências para os interessados nos estudos e nas ações de informação do setor público colocam tensões entre campos disciplinares, profissionais e funcionais. Os desafios implicam na quebra de antigos paradigmas e na atualização de práticas.

ANA MARIA BARCELLOS MALIN é professora adjunta da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesqui-

sadora do PPGCI/Ibict. Economista pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro (1971). Mestre em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ (1974) e doutora em Ciência da Informação pelo Ibict/UFRJ (2003), com pós-doutorado na Facc/UFRJ (2005). Tem como área de interesse os estudos sobre informação, conhecimento e gestão, voltados principalmente para o campo governamental.

10h55

José Antonio da Silva (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

As reformas da administração pública e seu impacto na cultura das organizações do Estado

Esta comunicação discute o conceito de ideologia gerencialista e como ele vem influenciando a administração pública brasileira. Buscou-se estudar mecanismos de gestão implementados a partir da reforma do Estado de 1995, numa alternativa para tentar solucionar os problemas enfrentados pela máquina pública. Todavia, questionam-se as possíveis consequências que um modelo gerencialista (e não gerencial) pode trazer para o setor público. Para responder a questão central do estudo, realizou-se um levantamento de práticas administrativas sob o discurso gerencial e seu impacto na cultura das organizações do Estado brasileiro. Os resultados indicam contradições na adoção desse modelo, tendo em vista os diferentes papéis da lógica privada e a função da área pública.

JOSÉ ANTONIO DA SILVA é analista em Ciência & Tecnologia Pleno da FCRB. Exerce a função de professor colaborador da Universidade Estácio de Sá. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Rural. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes. Mestre em Administração e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Atua ainda como voluntário do Programa de Miniempresas da ONG Internacional Junior Achievement, pelo qual, no ano de 2003, foi eleito o melhor miniempreendedor do Rio de Janeiro. Integra os grupos de pesquisa “Escopo – estudo dos coletivos de trabalho e das práticas organizacionais”, da UFF; e “Patrimônio documental, informação e acesso”, da FCRB. Direciona suas temáticas de pesquisa para os estudos críticos em administração a partir do conceito de ideologia gerencialista. No âmbito da ciência da informação, possui projeto de pesquisa com enfoque na correlação entre acesso, transparência e governança pública.

11h15

Marcelo Viana (Fundação Casa de Rui Barbosa — FCRB)

Políticas culturais e gestão: cidadania cultural, federação e participação

Três tristes tradições marcaram historicamente as políticas culturais no Brasil: ausência, autoritarismo e instabilidade. A partir de Lula e Gil, política cultural tornou-se sinônimo de cidadania cultural. A política cultural passou a conjugar dois paradigmas: democratização da cultura e democracia cultural, levar cultura ao povo e dar meios ao povo para que produza cultura.

Duas inovações institucionais importantes foram adotadas: o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura (SNC). O SNC expressa um novo arranjo federativo e participativo de organização do setor público no campo da cultura.

Na perspectiva da gestão pública, trata-se de articular o paradigma gerencial com o societal em nova síntese que combine efetividade com participação social. A construção do SNC insere-se no ciclo longo, incremental e não linear, de busca de uma articulação virtuosa entre participação, coordenação e capacidade gerencial, por meio de aperfeiçoamentos institucionais sucessivos ajustados às peculiaridades do federalismo brasileiro e inspirados em outros arranjos setoriais de políticas públicas.

Contudo, a revisão dos mecanismos de financiamento das políticas culturais é imprescindível para a adesão voluntária dos entes subnacionais – estados e municípios – ao novo modelo.

MARCELO VIANA ESTEVÃO DE MORAES é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em exercício na Fundação Casa de Rui Barbosa na equipe da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão. Bacharel em Direito (UFRJ), mestre e doutorando em Ciências Sociais (PUC-Rio), com especialização em Relações Internacionais e Ciência Política (UnB), Políticas Públicas e Gestão Governamental (Enap) e Política e Estratégia (ESG). Exerceu, entre outros cargos de direção e assessoramento superior no governo federal, os de secretário de Relações do Trabalho, secretário de Previdência Social, secretário executivo dos Direitos Humanos e secretário de Gestão.

14h

Mesa 8: O Estado e a promoção da memória coletiva

14h05

Ana Ligia Medeiros (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

Circulação do conhecimento na sociedade brasileira: formação e prática das instituições de memória

Na história das civilizações, um dos tópicos mais relevantes trata do acesso ao conhecimento. A questão pode ser vista sob diversos aspectos, que incluem desde o estudo dos sistemas de organização à difusão do conhecimento, da censura às desigualdades de acesso ocasionadas por regimes políticos. No momento, vivemos sob o impacto do uso intensificado das tecnologias de informação e comunicação, que vêm modificando tanto a produção do conhecimento quanto as práticas que permitem acessá-lo, não se podendo avaliar ainda se isso corresponde a mais uma evolução do capitalismo ou a uma ruptura similar à disseminação da imprensa baseada nos tipos móveis. Bibliotecas, arquivos e museus brasileiros, instituições tradicionalmente responsáveis pela organização e difusão de informações, enfrentam novos desafios sem, no entanto, resolver questões seculares.

ANA LIGIA MEDEIROS é bibliotecária/tecnologista, diretora do Centro de Memória e Informação e docente

do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, da Fundação Casa de Rui Barbosa. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É líder do grupo de pesquisa “Tecnologias e comunicação em instituições de memória”. Foi superintendente de Bibliotecas do Estado, diretora da Fundação Biblioteca Nacional e vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho Estadual de Leitura. Tem interesse nas áreas de acesso e popularização do conhecimento, bibliotecas públicas e tecnologias de informação e comunicação aplicadas em instituições de memória.

14h25

Dilza Bastos (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

A comunicação científica e a gestão do conhecimento

A comunicação aborda a relação entre a comunicação científica e a gestão do conhecimento científico, com base no pressuposto de que a comunicação é elemento essencial para a gestão do conhecimento; e considera que exista predisposição dos pesquisadores para a produção, sistematização e compartilhamento do conhecimento científico. A gestão do conhecimento sistematiza e torna efetivos os processos de comunicação, ao passo que a comunicação permite que a gestão do conhecimento seja viabilizada, pois possibilita a interação

entre indivíduos, o que resulta na criação, troca e compartilhamento do conhecimento. Entende-se assim que o processo de criação se dá pelo compartilhamento de ideias, conhecimentos e informações, pois parte do que já existe, bem como se dá por meio dos canais formais e informais. Como canais formais, os sistemas de informação permitem o processamento, organização, armazenamento, recuperação, disseminação e reutilização da informação; já o conhecimento tácito é comunicado principalmente por meio da interação social. Portanto, considera que a comunicação dos resultados avaliados e referendados pelos pares, na sua passagem para conhecimento público, seja tão importante quanto a própria pesquisa.

DILZA RAMOS BASTOS é chefe do Serviço de Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa. Doutoranda (Ibict/UFRJ, 2015-) e mestre em Ciência da Informação (Ibict/UFF, 2006). Especialista em Docência Superior (Isep, 2000). Bacharel em Biblioteconomia e Documentação (UFF, 1977). Possui experiência principalmente em análise documentária e representação da informação. Foi bibliotecária do Departamento Regional do Senai/RJ (1985-1999), chefiando a Divisão de Documentação e Informação Tecnológica do Centro de Tecnologia Euvaldo Lodi (1989-1999). Participou na elaboração e no desenvolvimento de diversos projetos voltados para a gestão da informação.

14h45

Rosângela Rangel (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

Acesso e sigilo nos arquivos pessoais

Os arquivos privados mantidos em instituições públicas são cada vez mais estudados por pesquisadores, e estão contribuindo significativamente para as pesquisas acadêmicas, históricas e de natureza social. Contudo, o acesso aos documentos que possam conter informação relacionada aos aspectos da intimidade da pessoa humana, e aos textos protegidos pelo direito autoral, deve ser analisado tendo em vista os artigos da Lei do Direito Autoral (9.610, de 19 de fevereiro de 1998, art. 43) e Lei de Acesso à Informação (12.527, de 18 de novembro de 2011, Seção V, Das informações pessoais); e o artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Procurar o equilíbrio entre preservar a intimidade e satisfazer o interesse público é a árdua missão das instituições mantenedoras dos conjuntos documentais de natureza íntima.

ROSÂNGELA FLORIDO RANGEL é chefe do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde desenvolve projetos de pesquisa tendo como base a organização de arquivos pessoais de literatos. Arquivista formada pela Universidade Federal Fluminense, mestre em História Social pelo Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas e doutoranda pela

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com um estudo sobre o Sabadoyle.

16h30

Mesa 9: O Estado: instituições de acervos e memória

16h35

Adriana Seixas Magalhães (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)

Gestão e compartilhamento do conhecimento: reflexões

A sociedade do conhecimento emerge em um cenário de avanços tecnológicos vertiginosos e já identifica no conhecimento – abundante e ilimitado – o recurso mais importante de uma organização. Em pleno século XXI, presenciamos a universalização das interações entre pessoas – discutindo, refletindo, ensinando e aprendendo – em todas as áreas do saber, construindo novos conhecimentos que fazem com que elas cresçam intelectualmente e mudem o seu modo de ver o mundo. Uma das principais vantagens sustentáveis de uma empresa é a construção coletiva do saber, juntamente com a eficiência no uso desse saber, e a desenvoltura em adquirir novos conhecimentos, que somente têm valor quando se tornam acessíveis e compartilhados. Daí, surge a necessidade de se fazer a gestão desse capital intelectual. Se o início da construção do conhecimento se dá no compartilhamento, e se nessa etapa

surge nítida a importância da comunicação e a complexidade do fator humano, é preciso promover condições que facilitem a construção de um “campo” no qual indivíduos possam interagir uns com os outros. No cenário exposto, surge o desenho de um terreno fértil, no qual aflora o interesse em refletir sobre condições facilitadoras do compartilhamento do conhecimento, que promovam iniciativas associadas ao surgimento de espaços onde compartilhá-lo.

ADRIANA SEIXAS MAGALHÃES é analista em Ciência & Tecnologia da Fundação Casa de Rui Barbosa. Mestranda em Administração e Desenvolvimento Empresarial (Made) na Universidade Estácio de Sá (Unesa). Especialista em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV, 2008). Graduada em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 1990).

16h55

Claudia Suely Rodrigues de Carvalho (Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB)
Preservação integrada: edifícios que abrigam coleções

No Ocidente, o termo preservação refere-se às formas com que cada sociedade se relaciona com seu passado, por meio da sua cultura material. Nos últimos dois séculos, as ideias sobre o cuidado com objetos e coleções experimentaram um

grande desenvolvimento que se reflete na forma como hoje são gerenciados os edifícios que abrigam coleções, como os arquivos, museus e bibliotecas. A partir do século XX, com o crescimento industrial, a produção em massa de vários tipos de objetos, bem como a facilidade de produção e o incentivo ao consumo, favoreceram a substituição em lugar da manutenção. Objetos raros e frágeis abrigados em instituições passaram a ter mais atenção do que nunca, e o avanço da ciência e da tecnologia permitiu o estabelecimento de condições de guarda e exposição que prolongaram significativamente a sua existência. Os edifícios constituem a principal proteção para as coleções, e o correto entendimento da relação edifício/coleções e o conhecimento mais aprofundado sobre os agentes e processos de deterioração propiciaram, no final do século XX, uma visão mais holística da preservação, relacionando o ambiente das coleções ao ambiente global, no contexto da sustentabilidade, envolvendo novos desafios para o campo da preservação do patrimônio cultural.

CLAUDIA SUELY RODRIGUES DE CARVALHO é arquiteta da Fundação Casa de Rui Barbosa desde 1992, coordena o Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa e lidera o grupo de pesquisa “Conservação preventiva de edifícios e sítios históricos” (FCRB/CNPq). É docente do Mestrado Profissional em Memória e Acervos da FCRB, do Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência

e Tecnologia do Mast e do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio do Proarq-UFRJ. É autora de *O espaço como elemento de preservação dos acervos com suporte em papel*, publicado pela Academia Brasileira de Letras (1988).

17h15

Paulo Knauss (Museu Histórico Nacional – MHN)

Políticas de formação de acervos: práticas de colecionar entre o privado e o público

A reflexão proposta tem como ponto de partida a apresentação de um quadro geral da história das práticas de colecionar e do colecionismo no Brasil, procurando ressaltar suas conexões com a constituição de instituições dedicadas à conservação e à difusão de acervos de bens culturais. A partir de alguns casos exemplificadores, tenta-se apontar como coleções privadas foram fundamentais na constituição dos acervos de museus no Brasil, acompanhando conjunturas que caracterizam tendências de políticas de Estado. Assim, é possível chamar a atenção para o fato de que políticas de formação de acervos de bens culturais precisam levar em conta como construir pontes entre as esferas privada e pública.

PAULO KNAUSS é doutor em História (Universidade Federal Fluminense), com pós-doutorado em História

das Relações Culturais Internacionais (Universidade de Estrasburgo, França). É professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e diretor do Museu Histórico Nacional. É membro do Comitê Brasileiro de História da Arte (CBHA) e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), além de integrar outras sociedades acadêmicas. Desenvolve pesquisas sobre as relações entre arte, imagem e cultura visual; memória, história e patrimônio cultural. É autor de vários trabalhos, tendo mais recentemente publicado o livro em coautoria *The Rio de Janeiro reader: history, politics, culture* (Duke University Press, 2016).

18h30

Conferência magna

Alberto Manguel (Biblioteca Nacional da Argentina)

La democracia como obra de ficción

ALBERTO MANGUEL é um escritor, tradutor, editor e crítico argentino-canadense, nascido em Buenos Aires em 1948, onde fez seus estudos primários e secundários no Colégio Nacional. É membro da União de Escritores Canadenses, do PEN Clube Internacional, da Fundação Guggenheim, da Academia Argentina de Letras e da Real Sociedade de Literatura da

Grã-Bretanha. Foi condecorado no grau de Comandante com a Ordem das Artes e das Letras da França. É doutor *honoris causa* das universidades de Liège, na Bélgica; Anglia Ruskin, em Cambridge, Inglaterra; York e Ottawa, ambas no Canadá. Entre inúmeros prêmios recebidos, estão o Medicis (França) pelo ensaio *Uma história da leitura*; o McKitterick (Inglaterra) pelo romance *Notícias do estrangeiro* (*News from a foreign country came*, no original); e o Grinzane Cavour (Itália) pelo seu *Diário de leituras* (*A reading diary*); além dos prêmios da Fundação Germán Sánchez Ruipérez (Espanha) e o Roger Caillois (França), pelo conjunto da obra. Seus livros foram traduzidos para mais de 30 idiomas. Um dos intelectuais internacionalmente mais respeitados da atualidade, Manguel é, antes de tudo, um leitor que transcende todas as fronteiras – de espaço, tempo, gênero literário, tradições culturais. Desde 2016, é diretor da Biblioteca Nacional da Argentina Mariano Moreno.